

PREGÃO ELETRÔNICO Nº07/2026

REGISTRO DE PREÇO: SIM

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SUMARÉ - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

OBJETO: Registro de preço para Aquisição de artefatos de concreto, compreendendo aduelas pré-moldadas, tubos de concreto e concreto usinado, todos produzidos conforme as técnicas aplicáveis da ABNT, destinados ao atendimento das demandas operacionais específicas da administração como drenagem recomposição estrutural e demais serviços de infraestrutura urbana

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 21.300.674,33 (Vinte e um milhões trezentos mil seiscentos e setenta e quatro reais e trinta e três centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 13/02/2026 às 13h (horário de Brasília)

INICIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Dia 03/02/2026 às 18h (horário de Brasília)

TÉRMINO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Dia 13/02/2026 às 12h50 (horário de Brasília)

INICIO DE LANCES: Dia 13/02/2026 às 13h05 (horário de Brasília)

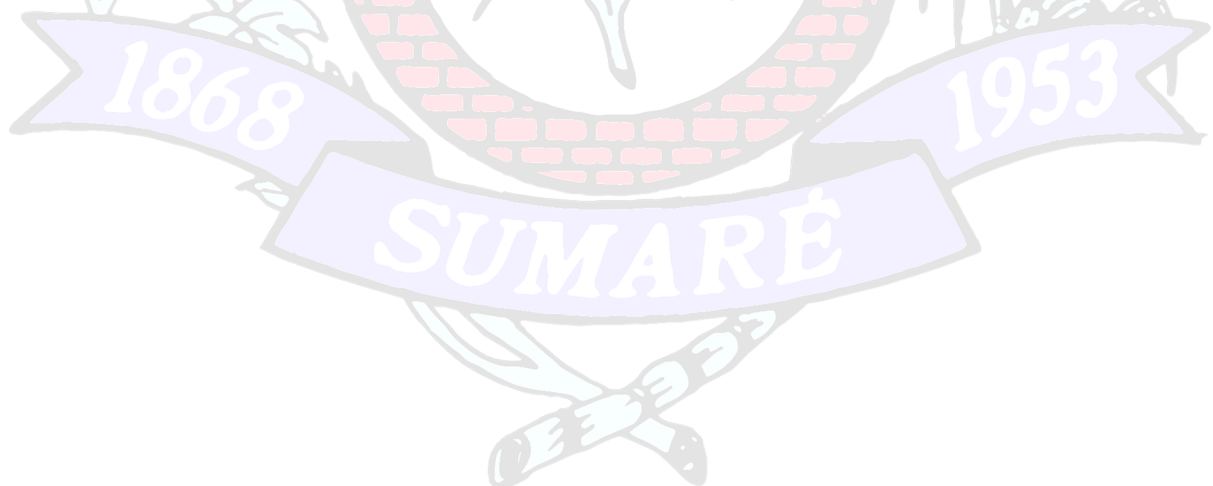
PLATAFORMA: SISTEMA BBMNET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS (www.novobbmnet.com.br)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA: aberto e fechado

COTAS PREFERENCIAIS PARA ME/EPP: NÃO

EXCLUSIVO PARA ME/EPP: NÃO



SUMÁRIO

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
8. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO	13
9. DA ENTREGA DO OBJETO	14
10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	14
11. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO	15
12. DOS RECURSOS	15
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES	16
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	17
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

Processo Administrativo nº34375/2025

Torna-se público que a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, por meio da Divisão de Licitações e Compras, sediada na R. Justino França, nº 238, Jardim São Carlos, no Município de Sumaré/SP, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, através da plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no sítio eletrônico www.novobbmnet.com.br, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, dos Decretos Municipais nº 12.086, de 2023 (regulamento do SRP) e nº 12.085, de 2023 (regulamento critério de julgamento menor preço) e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital..

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preço para a aquisição de artefatos de concreto, compreendendo aduelas pré-moldadas, tubos de concreto e concreto usinado, todos produzidos conforme as técnicas aplicáveis da ABNT, destinados ao atendimento das demandas operacionais específicas da administração como drenagem recomposição estrutural e demais serviços de infraestrutura urbana, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços..

1.3. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que tiverem feito seu cadastro prévio junto ao Órgão provedor do Sistema BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, através do sítio eletrônico www.novobbmnet.com.br, em campo próprio.

2.1.1. Os interessados deverão se atentar aos prazos e condições exigidas no caso de utilização de registro cadastral neste certame, nos termos do art. 70, II e 87 da Lei nº14.133/2021.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Sociedade cooperativa;

2.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, se houver, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 a 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, conforme o critério de julgamento do certame, quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.102 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário do grupo

4.1.2. Quantidade cotada

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do grupo.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,01% (um centésimo por cento)*.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, ou inferiores no caso de critério de julgamento de maior desconto, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou ordem decrescente de desconto, conforme o critério de julgamento escolhido.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**fechado e aberto**”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.133, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou ordem decrescente de desconto, conforme o critério de julgamento escolhido.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, se houver, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao menor preço ou valor superior ao maior desconto da primeira colocada, conforme o critério de julgamento, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

5.21.2.2. Empresas brasileiras;

5.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. *Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo*

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto mínimo definido pela Administração.

5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.5. O pregoeiro concederá ao licitante mais bem classificado o prazo mínimo de 2 (duas) horas para o envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo de que trata o item anterior, por até igual período, antes de findo o prazo:

5.22.6.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir;

5.22.6.2. De ofício, a critério do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e na forma deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante as verificações e consultas indicadas no art. 91, §4º da Lei nº14.133, de 2021.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.4. Constatada a existência de sanção, de que trata o item 6.1 o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.

6.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo ou desconto mínimo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha de custos e formação de preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, observado os itens 5.22.6 e 5.22.7 deste edital, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada do objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia, observado o disposto no art. 12, IV da Lei nº14.133/2021.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por certificado de registro cadastral unificado emitido pelo Portal Nacional de Compras Públicas, nos termos do art. 87 e 88 da Lei nº 14.133/2021, nos documentos por ele abrangidos, com validade, no mínimo, até a data de abertura da sessão.

7.5.1. Caso o registro cadastral referido não contenha todos os documentos exigidos neste certame deverá o licitante apresentar, no prazo e nas condições definidos neste edital, o restante da documentação exigida, sob pena de inabilitação.

7.5.2. Caso o registro cadastral unificado do PNCP não esteja em funcionamento ou acessível ao público no site eletrônico do referido Portal na data da sessão, toda a documentação exigida neste instrumento convocatório deverá ser apresentada no prazo e nas condições definido neste edital.

7.6. Será verificado se o licitante enviou pelo sistema, sob pena de inabilitação, com sua identificação e subscrita por seu representante legal ou por procurador:

7.6.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

7.6.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.6.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

7.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no registro cadastral referido no item 7.6 serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo concedido pelo pregoeiro de, no mínimo, de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.10. A verificação no registro cadastral ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

8.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

8.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

8.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

8.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

8.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

8.2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.2.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (CINCO) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que a solicitação seja devidamente justificada e a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.2.3. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

8.2.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

8.2.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.2.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8.2.7. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

8.2.7.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

8.2.7.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

8.2.8. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

8.2.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.2.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 8.2.10.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 8.2.10.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.
- 8.2.11. Havendo a previsão de assinatura de contrato, a detentora da Ata de Registro de Preços deverá assinar o instrumento contratual, que terá a validade nele previsto, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da convocação pela Divisão de Licitações e Compras.
- 8.2.11.1. O não cumprimento do prazo para assinatura do contrato caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da detentora da Ata, sujeitando-a às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 8.2.12. A ata de registro de preços e o contrato dela decorrente poderão ser assinados por meio de assinatura digital, observado o art. 12, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9. DA ENTREGA DO OBJETO

- 9.1. O objeto da licitação deverá ser entregue nas condições e no local indicado no Termo de Referência (Anexo I).
- 9.2. A autorização de fornecimento, ordem de serviço ou documento equivalente será expedida pela (s) Secretaria (s) interessada (s), com a data e a identificação e assinatura do responsável pelo setor.
- 9.3. A recusa injustificada de receber, assinar, aceitar ou retirar a autorização de fornecimento, ordem de serviço ou o documento equivalente, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da contratada, sujeitando-a às sanções previstas na Lei nº14.133, de 2021.
- 9.4. O prazo de entrega e de substituição do objeto eventualmente em desconformidade com o Termo de Referência – Anexo I observará o quanto nele disposto a respeito.
- 9.5. Será recebido definitivamente o objeto do certame após vistoria realizada pela fiscalização e pela gestão do contrato que confirme a adequação das especificações e quantidades aos termos do edital e seus anexos.
- 9.6. O objeto será recusado se estiver em desconformidade com quaisquer das especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I.
- 9.7. Todos os custos com o transporte do objeto para a entrega bem como qualquer prejuízo em decorrência do mesmo correrão por conta única e exclusiva da futura contratada.

10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será efetuado em até 28 (vinte e oito)dias a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, devidamente atestada pela fiscalização e pelo gestor do contrato, através de ordem bancária creditada em conta corrente indicada pela contratada.
- 10.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica – NF em conformidade com o estabelecido pelo Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, exceto para os segmentos constantes no Protocolo ICMS 191, de 30 de novembro de 2010.
- 10.2. Na ausência de indicação de índice de correção monetária específico no Termo de Referência, eventual atraso no pagamento à contratada por culpa exclusiva da Administração implicará na correção do valor nominal pelo IPCA-IBGE, a contar do dia em que se daria o pagamento até a efetiva data da quitação.
- 10.3. Na ausência de indicação de índice de correção monetária específico no Termo de Referência, o reajustamento de preço do objeto contratado de que trata o art. 6º, LVIII da Lei nº14.133, de 2021, cumpridos as exigências legais, observará o índice IPCA-IBGE.

10.4. Demais questões relativas aos critérios e condições de pagamento deverão observar o quanto disposto no Termo de Referência (art. 6º, XXIII, “g” da Lei nº14.133, de 2021) e, se houver, no contrato (art. 92, V da Lei nº14.133, de 2021), observado ainda o disposto no Decreto Municipal nº 12.065/2023.

11. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

11.1. Durante a vigência do contrato, ou instrumento equivalente, a execução do seu objeto será acompanhada e fiscalizada pelos seguintes servidores: Aduino Luiz Vieira de Freitas, C.P.F. nº110.627.138-69, devidamente designado para esse fim pela autoridade competente nos autos do processo de origem.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao MUNICÍPIO DE SUMARÉ ou a terceiros, resultante de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

11.3. A ação da fiscalização não altera ou diminui a responsabilidade da Contratada estabelecidas no edital, neste contrato e nos anexos.

11.4. A gestão do contrato, ou instrumento equivalente, na forma lei será exercida pelo seguinte servidor : Fábio Donizeti Tonon, C.P.F. nº 289.697.618-7devidamente designado para esse fim pela autoridade competente nos autos do processo de origem.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do Sistema BBMNET Licitações Eletrônicas, através do site www.novobbmnet.com.br.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sumare.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1>.

Prefeitura Municipal de Sumaré

Rua Dom Barreto, 1303 - Centro - Sumaré-SP - CEP.: 13170-001

Tel.: 19 3399.5100 - www.sumare.sp.gov.br

[facebook.com/prefeituramunicipaldesumare](https://www.facebook.com/prefeituramunicipaldesumare)

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013..

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será fixada e recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1 a 13.1.3.1, a multa não será inferior a 0,5% nem superior a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4 a 13.1.8, a multa não será inferior de 15% nem superior a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1 a 13.1.3.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Sumaré-SP, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4 a 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1 a 13.1.3.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Município de Sumaré.

13.15. Os recursos tratados nos itens 13.11 e 13.12 deverão ser dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão e protocolados através do site www.novobbmnet.com.br, em campo próprio.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município de Sumaré (www.sumare.sp.gov.br), e na plataforma da BBMNET no endereço eletrônico (www.novobbmnet.com.br), no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser dirigidas ao Secretário Municipal de Administração, autoridade máxima do órgão licitante, protocoladas de forma eletrônica através do Sistema BBMNET Licitações Eletrônicas.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A determinação de suspensão da sessão do certame em razão da impugnação ou pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pela autoridade nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente nesta Administração Municipal.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), através do endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, e no site oficial do Município de Sumaré, <https://sumare.atende.net>.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. Anexo I - Termo de Referência

15.11.1.1. Apêndice I do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

15.11.2. ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial

15.11.3. ANEXO III – Declaração Unificada

15.11.4. ANEXO IV – Declaração de enquadramento ME/EPP/MEI

15.11.5. ANEXO V - Minuta de Termo de Contrato/Ata de Registro de Preços

Prefeitura Municipal de Sumaré

Rua Dom Barreto, 1303 - Centro - Sumaré-SP - CEP.: 13170-001

Tel.: 19 3399.5100 - www.sumare.sp.gov.br

facebook.com/prefeituramunicipaldesumare

15.11.6. ANEXO VI – Termo de Ciência e Notificação

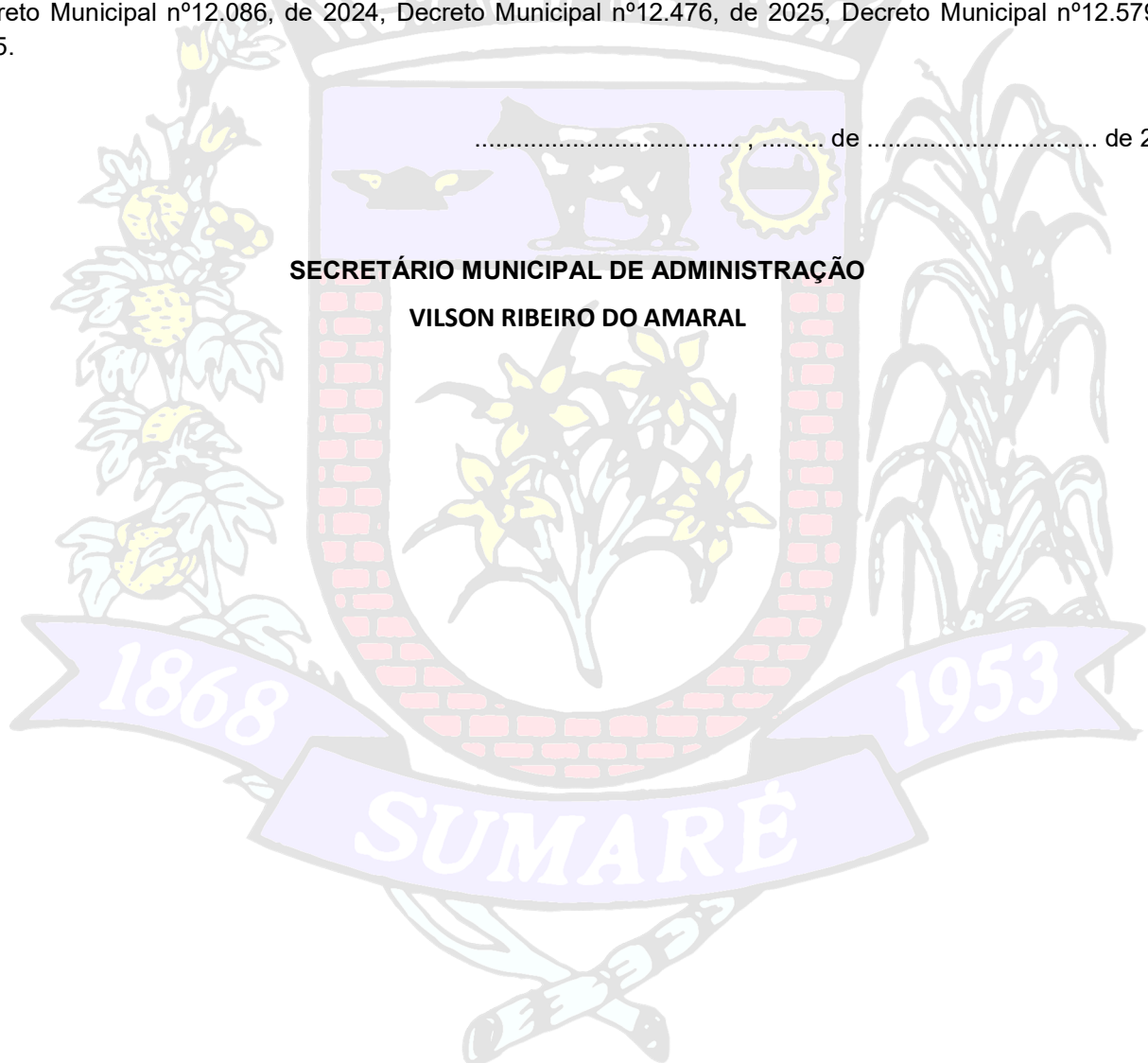
15.11.7. ANEXO VII – Documentos a Disposição do Tribunal

15.12. Nos termos do Comunicado GP nº03/2024 do TCESP, até a data de abertura deste certame foram editados os seguintes regulamentos para implementação da Lei nº14.133, de 2021, que podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www.sumare.sp.gov.br/>: Decreto Municipal nº12.052, de 2023, Decreto Municipal nº12.053, de 2023, Decreto Municipal nº12.054, de 2023, Decreto Municipal nº12.055, de 2023, Decreto Municipal nº12.056, de 2023, Decreto Municipal nº12.057, de 2023, Decreto Municipal nº12.058, de 2023, Decreto Municipal nº12.059, de 2023, Decreto Municipal nº12.060, de 2023, Decreto Municipal nº12.061, de 2023, Decreto Municipal nº12.063, de 2023, Decreto Municipal nº12.064, de 2023, Decreto Municipal nº12.065, de 2023, Decreto Municipal nº12.066, de 2023, Decreto Municipal nº12.069, de 2023, Decreto Municipal nº12.070, de 2023, Decreto Municipal nº12.084, de 2024, Decreto Municipal nº12.085, de 2024 e Decreto Municipal nº12.086, de 2024, Decreto Municipal nº12.476, de 2025, Decreto Municipal nº12.579, de 2025.

..... de de 2026.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

VILSON RIBEIRO DO AMARAL



TERMO DE REFERÊNCIA

Aquisições

Licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Processo Administrativo nº 34375/2025

1. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO – Art. 6º, XXIII, “b”

1.1 A eventual futura aquisição de artefatos de concreto justifica-se pela necessidade de atender as demandas eventuais de adequações e intervenções específicas de infraestrutura urbana, como drenagem pluvial, calçamento e contenção de erosão em estradas e vias públicas. Os materiais são essenciais para dar suporte as atividades técnicas quando necessário visando garantir a qualidade, durabilidade e segurança as estruturas públicas, assegurando a execução das atividades do setor responsável. Além disso, a disponibilidade desses insumos contribui para o cumprimento das necessidades pontuais da administração

1.2 O objeto da presente contratação encontra-se compatível com o plano Plurianual- PPA, com a lei de Diretrizes Orçamentarias- LDO e com a lei Orçamentaria Anual- LOA do município atendendo o disposto no art 18 da lei 14.133/2021. A secretaria de serviços públicos possui dotação orçamentaria específica para suporte aos eventuais atendimentos decorrentes da aquisição do objeto, devidamente assegurada a compatibilidade orçamentaria e financeira para execução do objeto.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO - Art. 6º, XXIII, “a” e Art. 40, §1º, I e III

2.1. Registro de preço para aquisição de artefatos de concreto, compreendendo aduelas pré-moldadas, tubos de concreto e concreto usinado, todos produzidos conforme as técnicas aplicáveis da ABNT, destinados ao atendimento das demandas operacionais específicas da administração como drenagem recomposição estrutural e demais serviços de infraestrutura urbana, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,00 M DE LARGURA ÚTIL, 1,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO	metros	500	R\$ 4.042,83	R\$ 2.021.413,00

Prefeitura Municipal de Sumaré

Rua Dom Barreto, 1303 - Centro - Sumaré-SP - CEP.: 13170-001

Tel.: 19 3399.5100 - www.sumare.sp.gov.br

facebook.com/prefeituramunicipaldesumare

	NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M. FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.				
2	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, QUADRADA, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	500	R\$ 5.215,75	R\$ 2.607.875,00
3	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 3,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	500	R\$ 8.236,99	R\$ 4.118.497,00
4	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 4,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	250	R\$ 12.353,14	R\$ 3.088.285,00
5	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,50 M DE LARGURA ÚTIL, 3,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO	metros	250	R\$ 10.214,21	R\$ 2.553.553,00

	NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.				
ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE =					R\$ 14.389.623,00
LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
6	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 400MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$ 249,90	R\$ 249.904,00
7	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 500MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$ 235,41	R\$ 235.414,00
8	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 600MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$ 306,86	R\$ 306.864,00
9	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 800MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$ 610,69	R\$ 610.688,00
10	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1000MM - PEÇA DE 1,5 MT COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	800	R\$ 885,42	R\$ 708.332,80
11	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1200MM - PEÇA DE 1,5 MT COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	800	R\$ 1.210,70	R\$ 968.563,20

12	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1500MM - PEÇA DE 1,5 MT COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	500	R\$ 1.521,38	R\$ 760.688,00
13	TUBO MEIA-CANA PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO, PONTA E BOLSA DIMENSÃO NOMINAL DE 600 MM, PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$ 284,49	R\$ 284.490,00
ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE =					R\$ 4.124.944,00
LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
14	GUIA CHAPEL PARA BOCA DE LOBO, PRÉ MOLDADO EM CONCRETO ARMADO; COMPRIMENTO DE 1,20 MT, ALTURA DE 0,30 MT E BASE DE 0,15 MT COM 0,13 MT NO TOPO. CONFORME ABNT NBR 6118:2023 E CORRELATAS.	PC	5000	R\$ 109,67	R\$ 548.333,33
15	GUIA RETA, PRÉ MOLDADO EM CONCRETO SIMPLES DE RESISTENCIA ACOMPRESSÃO DE FCK = 28 MPA, COMPRIMENTO DE 1,00 MT, ALTURA DE 0,30 MT E BASE DE 0,15 MT COM 0,13 MT NO TOPO.	PC	5000	R\$ 96,00	R\$ 480.000,00
16	LAJE DE CONCRETO, PRÉ MOLDADO EM CONCRETO ARMADO COM RESISTENCIA ACOMPRESSÃO DE FCK = 28 MPA, MEDIDAS 1,10 X 070 X 0,10. COMPOSTA POR FERRAGENS , MALHAS QUADRADAS DE 15CM X 15 CM , COM AÇO 10MM CA-50.	PC	500	R\$ 907,04	R\$ 453.520,00
ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE =					R\$ 1.481.853,33
LOTE 04					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
17	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 20 MPA AOS 28 DIAS ,UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR	M³	200	R\$ 715,00	R\$ 143.000,00

	7212/2014 E CORRELATAS.				
18	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 20 MPA AOS 28 DIAS ,UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBEAMENTO. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$ 755,67	R\$ 151.133,33
19	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 25 MPA AOS 28 DIAS ,UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$ 779,50	R\$ 155.900,00
20	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 25 MPA AOS 28 DIAS ,UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBEAMENTO. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$ 789,67	R\$ 157.933,33
21	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 35 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$ 828,33	R\$ 165.666,67
22	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 35 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBEAMENTO. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$ 860,33	R\$ 172.066,67
23	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 25 MPA AOS 7 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0, DESTINADO A EXECUÇÃO DE GUIAS E SARJETAS EXTRUSSADAS..DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	400	R\$ 950,83	R\$ 380.333,33
ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE =					R\$ 1.326.033,33

2.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgãos e entidades participantes.

LOTE 01				
ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	UND	PEDIDO MINIMO
1	500	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,00 M DE LARGURA ÚTIL, 1,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M. FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	1%
2	500	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, QUADRADA, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	1%
3	500	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 3,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	1%
4	250	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 4,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	2%
5	250	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,50 M DE LARGURA ÚTIL, 3,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME	metros	2%

		OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.		
LOTE 02				
ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	UND	PEDIDO MINIMO
6	1000	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 400MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	5%
7	1000	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 500MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	5%
8	1000	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 600MM -PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	5%
9	1000	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 800MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	5%
10	800	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1000MM - PEÇA DE 1,5 MT COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	5%
11	800	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1200MM - PEÇA DE 1,5 MT COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	5%
12	500	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1500MM - PEÇA DE 1,5 MT COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	5%
13	1000	TUBO MEIA-CANA PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO, PONTA E BOLSA DIMENSÃO NOMINAL DE 600 MM, PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	5%

LOTE 03				
ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	UND	PEDIDO MINIMO
14	5000	GUIA CHAPEL PARA BOCA DE LOBO, PRÉ MOLDADO EM CONCRETO ARMADO; COMPRIMENTO DE 1,20 MT, ALTURA DE 0,30 MT E BASE DE 0,15 MT COM 0,13 MT NO TOPO. CONFORME ABNT NBR 6118:2023 E CORRELATAS.	PC	2%
15	5000	GUIA RETA, PRÉ MOLDADO EM CONCRETO SIMPLES DE RESISTENCIA ACOMPRESSÃO DE FCK = 28 MPA, COMPRIMENTO DE 1,00 MT, ALTURA DE 0,30 MT E BASE DE 0,15 MT COM 0,13 MT NO TOPO.	PC	2%
16	500	LAJE DE CONCRETO, PRÉ MOLDADO EM CONCRETO ARMADO COM RESISTENCIA ACOMPRESSÃO DE FCK = 28 MPA, MEDIDAS 1,10 X 070 X 0,10. COMPOSTA POR FERRAGENS , MALHAS QUADRADAS DE 15CM X 15 CM , COM AÇO 10MM CA-50.	PC	2%
LOTE 04				
ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	UND	PEDIDO MINIMO
17	200	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 20 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M ³	2%
18	200	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 20 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBEAMENTO. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M ³	2%
19	200	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 25 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M ³	2%
20	200	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 25 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBEAMENTO. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M ³	2%
21	200	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 35 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M ³	2%
22	200	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 35 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBEAMENTO. DE ACORDO COM AS NORMAS DA	M ³	2%

		ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.		
23	400	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 25 MPA AOS 7 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0, DESTINADO A EXECUÇÃO DE GUIAS E SARJETAS EXTRUSSADAS..DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	1%

2.1.2. O órgão participante e não participante deverá observar o pedido mínimo correspondente ao equivalente, em percentual, ao estabelecido para o órgão gerenciador.

2.1.3. Somente serão feitos pedidos em quantitativos inferiores ao estabelecido para o pedido mínimo se com concordância expressa do fornecedor, sendo vedada a alteração de quaisquer das condições estabelecidas neste termo de referência - TR.

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 12.056/2023.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

2.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, por especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº14.133/21, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

2.4. O fornecimento é enquadrado como não contínuo.

Prazo de vigência

2.5. O prazo de vigência da ata de registro de preço será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que:

2.5.1. O (s) detentor (es) haja (m) cumprido satisfatoriamente suas obrigações;

2.5.2. Pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO - Art. 6º, XXIII, “c”

3.1. A solução proposta para atender a eventuais demandas consiste na contratação de empresa (s) especializada (s) no fornecimento de artefatos de concreto, incluindo aduelas pré moldadas, tubos de concreto e concreto usinado, por meio de processo licitatório, na forma de Ata de Registro de Preços, permitindo aquisições de modo programado conforme a necessidade da Administração, de maneira planejada e eficiente,

garantindo a disponibilidade dos materiais, padronização técnica e execução eficiente das atividades de manutenção e infraestrutura urbana.

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - Art. 6º, XXIII, “i”

4.1. O estimado inicial é R\$ 21.322,453,67 (Vinte e um milhões, trezentos e vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e sete centavos) conforme custos unitários apostos na em anexo.

4.2. No caso de licitação, o valor máximo aceitável no certame será aquele indicado no edital, obtido após regular estimativa de preço realizada na forma do art. 23 da Lei nº14.133/21.

Reajuste

4.3. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice [IPCA-E], exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.4. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

4.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

4.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

4.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

4.9. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações e observado o disposto na Lei nº14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº12.086, de 2023:

4.9.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.9.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

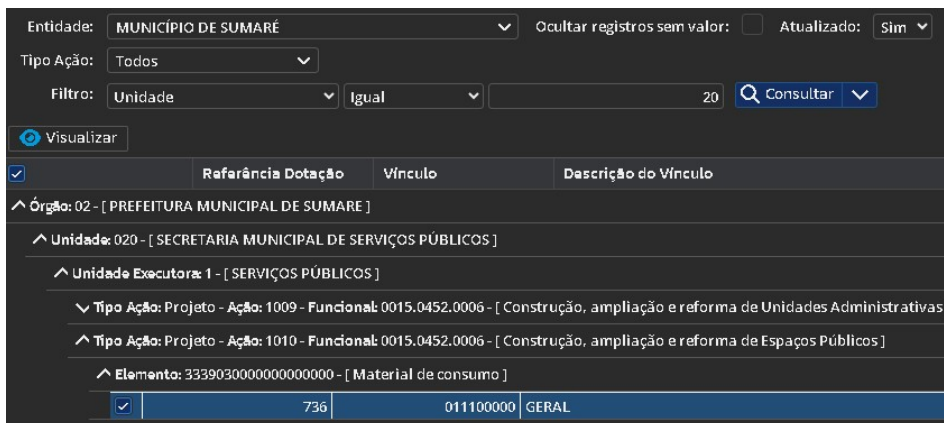
4.9.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

4.9.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Art. 6º, XXIII, “j”

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Sumaré.

5.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:



Referência Dotação	Vínculo	Descrição do Vínculo
^ Órgão: 02 - [PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ]		
^ Unidade: 020 - [SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS]		
^ Unidade Executora: 1 - [SERVIÇOS PÚBLICOS]		
v Tipo Ação: Projeto - Ação: 1009 - Funcional: 0015.0452.0006 - [Construção, ampliação e reforma de Unidades Administrativas]		
^ Tipo Ação: Projeto - Ação: 1010 - Funcional: 0015.0452.0006 - [Construção, ampliação e reforma de Espaços Públicos]		
^ Elemento: 33390300000000000000 - [Material de consumo]		
<input checked="" type="checkbox"/>	736	011100000 GERAL

5.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR - art. 6º, XXIII, “h”

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

6.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01%.

Forma de fornecimento

6.3. O fornecimento do objeto será por entrega parcelada.

Critérios de aceitabilidade de preços

6.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por **grupo de itens (lote)**, apenas serão aceitas propostas que, para cada um dos itens que compõe o grupo de itens, os valores unitários sejam iguais ou inferiores à média de valor apurada para aquele item, conforme planilha de composição de preços elaborada após a realização de regular estimativa de preço, indicado no edital ou em anexo.

Exigências de habilitação

6.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 6.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 6.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 6.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 6.9. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020
- 6.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 6.13. **Da participação em consórcio:** Não serão admitidas empresas em consórcio uma vez que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Termo de referência o que, diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto, opta-se com base no poder discricionário da Administração por manter a vedação, da participação de empresas em “consórcio” qualquer que seja sua forma de constituição neste certame.
- 6.13.1 A participação de consórcios de empresas não se mostra adequada ao caso concreto pois o objeto demanda execução direta, padronizada e responsabilidade integral da contratada, condições incompatíveis com estruturas que pressupõe divisão de responsabilidades ou ausência de subordinação. O caso concreto não se enquadra nas hipóteses do art 16 da lei 14133/2021 para a formação de consórcios. dada a natureza e o porte do objeto.
- 6.14. **Da participação em cooperativas:** Não será admitida a participação de cooperativas, tendo em vista, a natureza do objeto contratado, ao qual exige subordinação. “É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de personalidade e habitualidade.”

6.14.1 A participação de cooperativas não se mostra adequada ao caso concreto pois o objeto demanda execução direta, padronizada e responsabilidade integral da contratada, condições incompatíveis com estruturas que pressupõe divisão de responsabilidades ou ausência de subordinação. O caso concreto não se enquadra nas hipóteses do art 16 da lei 14133/2021 que autorizariam a participação de cooperativas.

6.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista.

6.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, na forma da lei, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal mediante a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

Qualificação Econômico-Financeira

6.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

6.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

6.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais, se o caso, para o cumprimento das obrigações objeto da licitação – art. 67, VI da Lei nº14.133/21.

6.26. A comprovação de aptidão para fornecimento do objeto será demonstrada mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante já realizou fornecimento de artefatos de concreto, tais como aduelas pré moldadas, tubos de concreto e concreto usinado, em condições compatíveis com o objeto desta licitação. o fornecimento de bens similares equivalentes ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.26.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

6.26.1.1. Quantitativo de no mínimo 50% de cada Item da licitação;

6.26.1.2. Similaridade com o objeto.

6.26.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

6.26.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

6.26.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.26.5. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número de inscrição no CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja a todas as unidades.

Outras exigências

6.27. Declarações gerais do fornecedor, conforme modelo constante no ANEXO I.

Disposições gerais sobre habilitação

6.28. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.29. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no

Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Justificativa para exigência/dispensa de documentos

6.33. Não se aplica

Garantia de Proposta

6.34. Considerando o disposto no artigo 58 da Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de exigência de garantia da proposta como condição de participação na licitação, a Administração Pública opta por não exigir a apresentação de garantia de proposta neste certame;

6.35. A decisão de não exigir a garantia da proposta visa fomentar a competitividade, reduzir os custos globais da contratação e promover a economicidade, em estrita observância ao interesse público e aos princípios da eficiência, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Art. 6º, XXIII, “d”

Sustentabilidade

7.1. Os critérios ambientais e de sustentabilidade devem observar o quanto disposto no ETP.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

7.2. Não se aplica.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

7.3. Não se aplica.

Da exigência de amostra

7.4. Não será exigida a apresentação de amostra para esta licitação, devido às seguintes razões técnicas:

7.5. Natureza do Objeto: O objeto da contratação possui especificações claras e detalhadas no edital, permitindo a análise e avaliação das propostas por meio dos documentos técnicos e especificações apresentadas, sem a necessidade de comprovação física prévia.

7.6. Facilidade de Verificação Posterior: A qualidade e conformidade dos produtos poderão ser verificadas no momento da entrega, com possibilidade de aplicação de penalidades em caso de descumprimento das condições estabelecidas, conforme previsto no contrato.

7.7. Otimização do Processo: A não exigência de amostra contribui para simplificar e agilizar o procedimento licitatório, reduzindo custos e burocracia tanto para a Administração quanto para os licitantes, incentivando maior competitividade.

Subcontratação

7.8. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual em razão da necessidade de garantir a responsabilidade direta e integral do contratado pela execução dos fornecimentos, assegurando a qualidade, o cumprimento dos prazos e a conformidade dos fornecimentos com as especificações estabelecidas no contrato. Dessa forma, a não admissão da subcontratação contribui para a **eficácia, eficiência e transparência** da contratação, alinhada aos princípios que regem a Administração Pública.

7.8.1 A vedação fundamenta-se no fato de que o objeto demanda execução integrada, continuidade, padronização e responsabilidade técnica da contratada, sendo incompatível a transferência de partes da execução a terceiros, nos termos do art 121 §2º da lei 14.133/2021, que veda a subcontratação quando puder comprometer a boa execução contratual e a continuidade do fornecimento.

7.9. Qualquer tentativa de subcontratação, cessão ou transferência das obrigações contratuais por qualquer meio ou forma, configurará descumprimento contratual, sujeitando a Contratada às penalidades previstas, incluindo advertência, multa, rescisão contratual e demais sanções cabíveis.

Garantia da contratação

7.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas seguintes razões:

7.10.1. Não se considera necessária a exigência de garantia contratual para o cumprimento do objeto, tendo em vista que as atividades envolvidas são de baixa complexidade técnica, amplamente padronizados e de risco operacional reduzido. A administração dispõe de meios legais suficientes para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, tais como aplicação de multas, retenções e demais sanções previstas na lei nº 14.133/2021, os quais se mostram adequados para resguardar o interesse público, inclusive quanto a eventual necessidade de indenizações por inadimplemento. Ressalta-se que a dispensa de garantia contratual não afasta a obrigação da contratada quanto as garantias legais e técnicas relacionadas aos materiais fornecidos e a qualidade dos serviços executados.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - Art. 6º, XXIII, “e” e Art. 40, §1º, II

Condições de Entrega

- 8.1. O prazo de entrega dos bens é de 02 dias úteis, contados do(a) emissão da ordem de compra e de acordo com a demanda da secretaria, dentro do perímetro do município.
- 8.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (01) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 8.3. Os bens deverão ser entregues dentro do perímetro do município, em endereços informados no ato do pedido podendo ser em mais de um endereço na mesma entrega.
- 8.4. Os itens pertinentes do lote nº 4 (concreto usinado) deverão também ser entregues em pedidos mínimos de 3 m³, podendo ser fracionado em mais de um endereço para entrega.
- 8.5. O transporte, o descarregamento e a entrega do material ficam sob responsabilidade da empresa VENCEDORA nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos - Prefeitura Municipal de Sumaré.
- 8.6. A entrega será de segunda a sábado, em horário comercial, com descarregamento do material em local e hora indicados pela Prefeitura Municipal dentro do perímetro do município.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 8.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)
- 8.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

9. DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO – Art. 6º, XXIII, “f”

9.1. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 9.2. Caberá ao órgão ou entidade gerenciadora a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preço e da Ata de Registro de Preço celebrada, nos termos da Lei nº14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº12.086, de 2023.
- 9.3. A ata de registro de preços trata-se de documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou entidades participantes e as condições a serem praticadas pelas partes, sem prejuízo das disposições pertinentes contidas no edital da licitação ou aviso de contratação direta, nas propostas apresentadas e na legislação e regulamentos que regem a matéria.
- 9.4. O contrato ou instrumento equivalente, na forma da lei, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, quando o tipo de contratação o permitir.

9.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.8. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Gestão e fiscalização

9.9. A gestão do contrato ou instrumento equivalente, na forma da lei, caberá ao Gestor que será designado formalmente nos autos, ou pelo respectivo substituto.

9.10. A execução do contrato ou instrumento equivalente, na forma da lei, deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato que será designado formalmente nos autos, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.11. No exercício da função, o gestor e o fiscal do contrato deverão observar fielmente o disposto na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº 12.055, de 2023, que estabelece as atividades que deverão exercer, sem prejuízo da observância da legislação que seja aplicável ao objeto que eventualmente tenha reflexos no exercício da função.

9.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

10. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO - Art. 6º, XXIII, “g”

Recebimento do Objeto

10.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dias) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a

suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 01 (um) dia útil, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por 01 (um) dias, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da contratada pela execução do contrato ou documento equivalente, ou da ata de registro de preço.

Liquidação e pagamento

10.8. O pagamento será efetuado em até 28 (vinte e oito) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, devidamente atestada pela fiscalização e pelo gestor do contrato, nos termos do Decreto Municipal nº 12.065, de 2023.

10.9. A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica – NF em conformidade com o estabelecido pelo Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, exceto para os segmentos constantes no Protocolo ICMS 191, de 30 de novembro de 2010.

10.10. Eventual atraso no pagamento à contratada por culpa exclusiva da Administração implicará na correção do valor nominal pelo IPCA-E, a contar do dia em que se daria o pagamento até a efetiva data da quitação.

10.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.13. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.14. Verificadas quaisquer irregularidades do contratado que impeçam o pagamento, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.15. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, poderá culminar suspensão dos pagamentos e rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de sanções cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

10.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.18. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.19. Demais questões relativas aos critérios e condições de pagamento deverão observar o quanto disposto no contrato, quando pactuado, e no Decreto Municipal nº 12.065, de 2023.

Forma de pagamento

10.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

10.24. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

Cessão de crédito

10.25. Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios decorrentes do futuro contrato com instituição financeira.

11. INFRAÇÕES, MULTAS E SANÇÕES

11.1. As infrações, multas e sanções aos licitantes e à futura contratada aquelas previstas na Lei nº14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº 12.061, de 2023, que fará parte integrante do edital e do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Este Termo de Referência fará parte integrante do futuro contrato ou do instrumento hábil pelo qual aquele for substituído nas hipóteses legais.

Publicidade do Processo:

12.2. Considerando que o Termo de Referência (TR) contém informações estratégicas relativas à definição do objeto e às condições de execução do futuro certame, cuja divulgação prévia poderia comprometer a isonomia entre os licitantes e a competitividade do processo, classifica-se o referido documento como sigiloso até a conclusão do processo licitatório, nos termos do artigo 6º, inciso III, e artigo 31, §1º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e do artigo 11 do Decreto Municipal nº 12.053.

12.3. Tal classificação tem caráter temporário e restrito, limitada ao período necessário à proteção do interesse público e à preservação da lisura do procedimento licitatório, devendo ser revista automaticamente após a homologação do certame ou encerramento do processo administrativo correspondente.

Marco Oliveira

Gerente de Apoio - SMSP

Jefferson Cardoso

Secretário Municipal de Serviços Públicos

ANEXOS:

- ANEXO I – Declarações gerais
- ANEXO II – Memória de Cálculo - Estimativa do valor da contratação (art. 6º, XXIII, “i”)
- ANEXO III – Termo de Ciência e Concordância
- ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial



Anexo I do Termo de Referência– DECLARAÇÕES GERAIS

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins legais, que:

- I. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- II. Está ciente de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta contratação, nos termos do artigo 67, inciso VI da Lei Federal 14.133/2021;
- III. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que não se encontra impedida de participar de licitações por inidoneidade, na esfera municipal, estadual e federal ou suspensa de licitar com o município de Sumaré, nos termos do artigo 63, inciso IV da 14.133/2021;
- IV. Não se encontra impedida de disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, por nenhum dos casos descritos nos subitens do artigo 14 da Lei da Federal 14.133/2021;
- V. Que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- VI. Para fins do disposto no art. 116 da Lei Federal n.º 14.133/21, que durante a execução do contrato, cumprirá a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Para Empresas de Pequeno Porte - EPP ou Microempresa – ME:

- VII. Cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, vez que sua receita bruta anual não excedeu no exercício anterior, o limite fixado no art. 3º da Lei 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar, não se enquadrando em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas na legislação citada.
- VIII. Não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em sintonia com o §2º, do art. 4º da Lei Federal 14.133/21.

OU

Para empresas que não são enquadradas como Empresas de Pequeno Porte - EPP ou Microempresa – ME

IX A empresa em tela está dispensada de cumprir os itens 6.35 (VII) e 6.36 (VII) pois, não é enquadrada como Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempresa

Sumaré, dede 2025.

Nome completo do responsável legal da empresa

Assinatura do responsável legal da empresa

Anexo - II

MEMORIAL DE CÁLCULO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

REGIME DE EXECUÇÃO: PARCELADO

VALOR ESTIMADO: R\$ 21.322.453,82 (Vinte e um milhões trezentos e vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e oitenta e dois centavos)

ENQUADRAMENTO LEGAL: Lei federal nº 14133/2021, artigo 82.

1- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

R\$ 21.322.453,82 (Vinte e um milhões trezentos e vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e oitenta e dois centavos)

2- QUANTIDADE ESTIMADA

Considerando que não é possível prever com precisão a quantidade de serviços que serão demandados ao longo da execução, uma vez que estes dependerão das necessidades da Administração e das condições operacionais que se apresentarem, as quantidades foram estimadas com base em critérios técnicos e razoáveis.

A estimativa foi elaborada levando-se em conta a média histórica de serviços realizados por esta secretaria ao longo dos últimos anos, considerando a eventualidade da necessidade, a imprevisibilidade do quantitativo.

Ressalta-se que as quantidades indicadas têm caráter meramente estimativo, destinando-se a orientar a formação dos preços e o dimensionamento dos recursos, sem que representem obrigação de consumo integral por parte da Administração, conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 11.462/2023.

3- DOCUMENTOS DE SUPORTE

Solicitações de orçamentos a empresas locais e regionais através de envio de e-mail; Orçamentos;

4- PARAMETRO UTILIZADO NA OBTENÇÃO DE PREÇOS

Utilização de preços praticados por fornecedores locais e regionais obtidos em orçamentos fornecidos pelas mesmas.

5- CÁLCULOS (anexo)

Foram somados os valores obtidos nos orçamentos recebidos, dividindo os pelo mesmo número, e multiplicado pelas quantidades relacionadas, para obtenção da média.

ESTIMATIVA DE VALOR R\$ 21.322.453,82 (Vinte e um milhões trezentos e vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e oitenta e dois centavos)

Sumaré, 03 de dezembro de 2025.

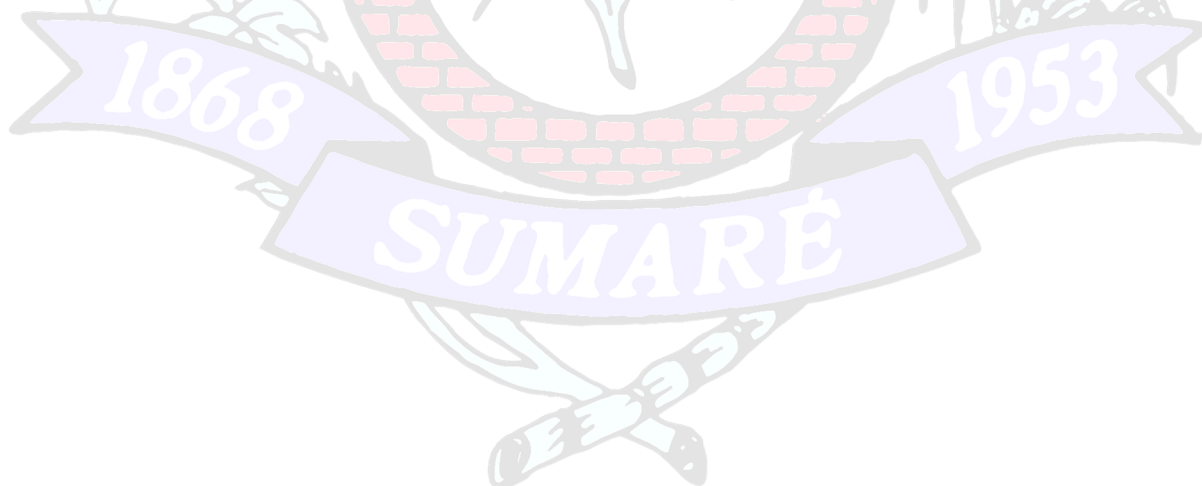
Marco Oliveira
Gerente de Apoio – S.M.S.P.

Base Legal Lei Federal n. 14.133/2024

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;**
- j) adequação orçamentária



LOTE 01														
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	ORÇAMENTO C. LIMPO	ORÇAMENTO GUARANI	ORÇAMENTO ACA TUBOS	ORÇAMENTO J. DE MARI	ORÇAMENTO ENGETUBO	ORÇAMENTO DF BOMBAS E CONCRETO	ORÇAMENTO CAMP MIX	SOMA VALORES UNITÁRIOS	FATOR DE DIVISÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,00 M DE LARGURA ÚTIL, 1,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M, FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	500	R\$ 4.020,00	R\$ 6.033,13	R\$ 3.420,00	R\$ 3.956,00	R\$ 2.782,00			R\$ 20.214,13	5	R\$ 4.042,83	R\$ 2.021.413,00
2	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, QUADRADA, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M, FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	500	R\$ 5.150,00	R\$ 7.915,25	R\$ 4.372,50	R\$ 5.069,00	R\$ 3.572,00			R\$ 28.078,75	5	R\$ 5.215,75	R\$ 2.607.875,00
3	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 3,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M, FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	500	R\$ 8.400,00	R\$ 12.909,97	R\$ 7.245,00	R\$ 8.298,00	R\$ 4.342,00			R\$ 41.194,97	5	R\$ 8.239,99	R\$ 4.118.497,00
4	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 4,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M, FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	250	R\$ 10.320,00	R\$ 20.666,70	R\$ 11.040,00	R\$ 11.988,00	R\$ 7.731,00			R\$ 61.765,70	5	R\$ 12.353,14	R\$ 3.088.285,00
5	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,50 M DE LARGURA ÚTIL, 3,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M, FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	250	R\$ 9.500	R\$ 16.093,06	R\$ 10.290,00	R\$ 8.784,00	6.344,00			R\$ 51.071,06	5	R\$ 10.214,21	R\$ 2.553.553,00
											ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE = R\$ 14.388.623,00			

LOTE 02														
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	ORÇAMENTO C. LIMPO	ORÇAMENTO GUARANI	ORÇAMENTO ACA TUBOS	ORÇAMENTO J. DE MARI	ORÇAMENTO ENGETUBO	ORÇAMENTO DF BOMBAS E CONCRETO	ORÇAMENTO CAMP MIX	SOMA VALORES UNITÁRIOS	FATOR DE DIVISÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
6	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 400MM - PEÇA DE NO MÍNIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO ÚTIL, CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$ 200,00	R\$ 362,02	R\$ 125,00	R\$ 462,00	R\$ 100,50			R\$ 1.249,52	5	R\$ 249,90	R\$ 249.904,00
7	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 500MM - PEÇA DE NO MÍNIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO ÚTIL, CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$ 290,00	R\$ 371,07	R\$ 169,00	R\$ 214,50	R\$ 132,50			R\$ 1.177,07	5	R\$ 235,41	R\$ 235.414,00
8	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 600MM - PEÇA DE NO MÍNIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO ÚTIL, CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$ 380,00	R\$ 496,82	R\$ 232,00	R\$ 245,50	R\$ 190,00			R\$ 1.534,32	5	R\$ 306,86	R\$ 306.864,00
9	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 800MM - PEÇA DE NO MÍNIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO ÚTIL, CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$ 790,00	R\$ 1.022,94	R\$ 416,00	R\$ 466,50	R\$ 356,00			R\$ 3.053,44	5	R\$ 610,69	R\$ 610.688,00
10	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1000MM - PEÇA DE 1,5 MT DE COMPRIMENTO ÚTIL, CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	800	R\$ 1.250,00	R\$ 1.494,08	R\$ 610,00	R\$ 585,00	R\$ 488,00			R\$ 4.427,08	5	R\$ 885,42	R\$ 708.332,80
11	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1200MM - PEÇA DE 1,5 MT DE COMPRIMENTO ÚTIL, CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	800	R\$ 1.750,00	R\$ 1.802,68	R\$ 885,00	R\$ 920,50	R\$ 715,34			R\$ 6.053,52	5	R\$ 1.210,70	R\$ 968.563,20
12	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1500MM - PEÇA DE 1,5 MT DE COMPRIMENTO ÚTIL, CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	500	R\$ 2.300,00	R\$ 2.634,38	R\$ 1.155,00	R\$ 1.317,50	R\$ 1.040,68			R\$ 7.606,88	5	R\$ 1.521,38	R\$ 760.688,00
13	TUBO MEIA-CANA PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL DE 600 MM, PEÇA DE NO MÍNIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO ÚTIL, CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$ 260,00	R\$ 478,47		R\$ 115,00				R\$ 863,47	3	R\$ 284,49	R\$ 284.490,00
											ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE = R\$ 4.124.944,00			

LOTE 03														
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	ORÇAMENTO C. LIMPO	ORÇAMENTO GUARANI	ORÇAMENTO ACA TUBOS	ORÇAMENTO J. DE MARI	ORÇAMENTO ENGETUBO	ORÇAMENTO DF BOMBAS E CONCRETO	ORÇAMENTO CAMP MIX	SOMA VALORES UNITÁRIOS	FATOR DE DIVISÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
14	GUIA CHAPEL PARA BOCA DE LOBO, PRÉ-MOLDADO EM CONCRETO ARMADO, COMPRIMENTO DE 1,20 MT, ALTURA DE 0,30 MT E BASE DE 0,15 MT COM 0,13 MT NO TOPO, CONFORME ABNT NBR 6118:2023 E CORRELATAS.	PC	5000	R\$ 170,00	R\$ 95,00		R\$ 64,00				R\$ 329,00	3	R\$ 109,67	R\$ 548.333,33
15	GUIA RETA, PRÉ-MOLDADO EM CONCRETO SIMPLES DE RESISTÊNCIA ACOMPRESSÃO DE FOK = 28 MPa, COMPRIMENTO DE 1,00 MT, ALTURA DE 0,30 MT E BASE DE 0,15 MT COM 0,13 MT NO TOPO.	PC	5000	R\$ 120,00	R\$ 90,00		R\$ 78,00				R\$ 288,00	3	R\$ 96,00	R\$ 480.000,00
16	LAJE DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO EM CONCRETO ARMADO COM RESISTÊNCIA ACOMPRESSÃO DE FOK = 28 MPa, MEDIDAS 1,10 X 0,70 X 0,10, COMPOSTA POR FERRAGENS, MALHAS QUADRADAS DE 18CM X 15 CM, COM AÇO 10MM CA-50.	PC	500	R\$ 320,00	R\$ 1.494,08						R\$ 1.814,08	2	R\$ 907,04	R\$ 453.520,00
											ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE = R\$ 1.481.833,33			

LOTE 04														
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	ORÇAMENTO C. LIMPO	ORÇAMENTO GUARANI	ORÇAMENTO ACA TUBOS	ORÇAMENTO J. DE MARI	ORÇAMENTO ENGETUBO	ORÇAMENTO DF BOMBAS E CONCRETO	ORÇAMENTO CAMP MIX	SOMA VALORES UNITÁRIOS	FATOR DE DIVISÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
17	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO FOK DE 20 MPa AOS 28 DIAS UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$ 710,00					R\$ 735,00	R\$ 700,00	R\$ 2.145,00	3	R\$ 715,00	R\$ 143.000,00
18	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO FOK DE 20 MPa AOS 28 DIAS UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBAMENTO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$ 750,00					R\$ 777,00	R\$ 740,00	R\$ 2.267,00	3	R\$ 755,67	R\$ 151.133,33
19	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO FOK DE 25 MPa AOS 28 DIAS UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$ 770,00					R\$ 803,50	R\$ 765,00	R\$ 2.338,50	3	R\$ 779,50	R\$ 155.900,00
20	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO FOK DE 25 MPa AOS 28 DIAS UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBAMENTO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$ 780,00					R\$ 814,00	R\$ 775,00	R\$ 2.369,00	3	R\$ 789,67	R\$ 157.933,33
21	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO FOK DE 35 MPa AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$ 820,00					R\$ 853,00	R\$ 812,00	R\$ 2.485,00	3	R\$ 828,33	R\$ 165.666,67
22	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO FOK DE 35 MPa AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBAMENTO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$ 850,00					R\$ 887,00	R\$ 844,00	R\$ 2.581,00	3	R\$ 860,33	R\$ 172.066,67
23	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO FOK DE 25 MPa AOS 7 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0, DESTINADO À EXECUÇÃO DE GUÍAS E SARIJETAS EXTRUSADAS, DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	400	R\$ 940,00					R\$ 979,50	R\$ 933,00	R\$ 2.852,50	3	R\$ 950,83	R\$ 380.333,33
											ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE = R\$ 1.326.033,33			
											ESTIMATIVA VALOR GLOBAL GERAL = R\$ 21.322.458,67			

ANEXO III DO Termo de Referência
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins legais, que:

- I. Teve pleno acesso ao **Termo de Referência**, tomando ciência de todas as suas cláusulas, condições, exigências e responsabilidades;
- II. Concorda integralmente com as disposições constantes no referido documento, comprometendo-se a cumpri-las integralmente, em caso de celebração do contrato ou prosseguimento no processo;
- III. Reconhece que a contratação será regida pelas normas legais e regulamentares pertinentes, incluindo, mas não se limitando à **Lei aplicável, como a Lei nº 14.133/2021**;
- IV. Declara ainda estar ciente de que **não será admitida a contratação de pessoa física**, conforme previsto no Termo de Referência, em razão da necessidade de qualificação técnica específica exigida para a execução do objeto.

Por ser verdade, firmamos o presente Termo para que produza seus efeitos legais.

Sumaré, dede 20...

Nome completo do responsável legal da empresa

Assinatura do responsável legal da empresa

ANEXO IV do Termo de Referência
MODELO DA PROPOSTA
PROPOSTA COMERCIAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITADA E AREIAS

REGIME DE EXECUÇÃO: MENOR VALOR UNITÁRIO

ENTREGA: PARCELADA

DADOS DA EMPRESA

EMPRESA: _____

C.N.P.J.: _____

Tel Fax: () _____ **E-mail:** _____ **Celular:** () _____

Endereço: _____

DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA

Nome Representante Legal: _____

Cargo: _____

Email: _____

RG nº _____ **CPF nº** _____

Endereço: Av/Rua: _____

Bairro _____ **Cidade** _____

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	...					
2	...					
	TOTAL:					

Prazo de Validade da Proposta: _____ (mínimo de 60 dias)

Condições de Pagamento: Até 28 (vinte e oito) dias

Prazo de entrega: Até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da ordem de fornecimento pela Contratada.

O preço ofertado contempla todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto, (inclusive frete e demais impostos)

Caso vencedora os documentos para habilitação serão entregues em 03 dias uteis, conforme Termo de Referência.

....., .. de de 2025.



Secretaria Municipal de Serviços Públicos

Endereço: Avenida Brasil, 1111 – Nova Veneza

Sala: 172

Telefone: 3399-5791/5896

Email: servicos@sumare.sp.gov.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Secretaria Municipal de Serviços Públicos

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO – art. 18, I c/c §1º, I ,

A eventual futura aquisição de artefatos de concreto mostra-se necessária para atender a eventuais demandas pontuais da Administração Pública, especialmente aquelas relacionadas a adequação e reparos específicos em estruturas de drenagem, contenção, galerias e demais elementos técnicos utilizados pela secretaria de serviços públicos. A disponibilização desses materiais de forma eventual, conforme demanda, permite responder a situações devidamente justificadas pelos setores competentes.

A necessidade da contratação está devidamente motivada, em observância as orientações dos tribunais de contas, evidenciando a pertinência, indispensabilidade e compatibilidade da despesa com as demandas específicas da secretaria, preservando a economicidade e o interesse público nos termos do art 18 da lei 14133/2021.

2. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SE HOVER - art. 18, I

A presente contratação encontra-se compatível com o plano Plurianual- PPA, com a lei de Diretrizes Orçamentarias- LDO e com a lei Orçamentaria Anual- LOA do município atendendo o disposto no art 18 da lei 14.133/2021. A secretaria de serviços públicos possui dotação orçamentaria específica para suporte aos eventuais atendimentos decorrentes da aquisição do objeto , devidamente assegurada a compatibilidade orçamentaria e financeira para execução do objeto.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - art. 18, III

Os requisitos da contratação serão pormenorizados em tópico específico do Termo de Referência.

4. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE – art. 18, IV

As quantidades a serem contratadas foram estipuladas levando em conta o histórico de utilização dos produtos nos últimos anos pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

LOTE 01			
ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	UND
1	500	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,00 M DE LARGURA ÚTIL, 1,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M. FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros
2	500	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, QUADRADA, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros
3	500	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 3,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros
4	250	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 4,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros
5	250	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,50 M DE LARGURA ÚTIL, 3,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros
LOTE 02			
ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	UND
6	1000	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 400MM - PEÇA DE NO MÍNIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros

7	1000	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 500MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros
8	1000	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 600MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros
9	1000	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 800MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros
10	800	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1000MM - PEÇA DE 1,5 MT COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros
11	800	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1200MM - PEÇA DE 1,5 MT COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros
12	500	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1500MM - PEÇA DE 1,5 MT COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros
13	1000	TUBO MEIA-CANA PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO, PONTA E BOLSA DIMENSÃO NOMINAL DE 600 MM, PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros
LOTE 03			
ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	UND
14	5000	GUIA CHAPEL PARA BOCA DE LOBO, PRÉ MOLDADO EM CONCRETO ARMADO; COMPRIMENTO DE 1,20 MT, ALTURA DE 0,30 MT E BASE DE 0,15 MT COM 0,13 MT NO TOPO. CONFORME ABNT NBR 6118:2023 E CORRELATAS.	PC
15	5000	GUIA RETA, PRÉ MOLDADO EM CONCRETO SIMPLES DE RESISTENCIA ACOMPRESSÃO DE FCK = 28 MPA, COMPRIMENTO DE 1,00 MT, ALTURA DE 0,30 MT E BASE DE 0,15 MT COM 0,13 MT NO TOPO.	PC
16	500	LAJE DE CONCRETO, PRÉ MOLDADO EM CONCRETO ARMADO COM RESISTENCIA ACOMPRESSÃO DE FCK = 28 MPA, MEDIDAS 1,10 X 070 X 0,10. COMPOSTA POR FERRAGENS , MALHAS QUADRADAS DE 15CM X 15 CM , COM AÇO 10MM CA-50.	PC
LOTE 04			
ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	UND
17	200	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 20 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M ³

18	200	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 20 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBEAMENTO. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M ³
19	200	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 25 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M ³
20	200	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 25 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBEAMENTO. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M ³
21	200	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 35 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M ³
22	200	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 35 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBEAMENTO. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M ³
23	400	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 25 MPA AOS 7 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0, DESTINADO A EXECUÇÃO DE GUIAS E SARJETAS EXTRUSSADAS..DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M ³

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO – art. 18, V

Finalidade: Este levantamento de mercado tem por objetivo identificar as alternativas existentes no mercado e justificar técnica e economicamente a solução escolhida para a contratação, nos termos do art. 18, §1º, V da Lei nº 14.133/2021, subsidiando o Estudo Técnico Preliminar e a instrução do processo licitatório.

Metodologia: Consultas diretas a fornecedores locais e regionais por meio de solicitação de cotações; comparação técnica de materiais padronizados disponíveis no mercado (marcas, características, formas de embalagem, prazos).

Alternativas Identificadas: As soluções possíveis para atender à eventuais demandas pontuais da Administração incluem: Aquisição direta por item conforme necessidade (compra fracionada via dispensa por valor) — descartada por ineficiência e limitação legal; Licitação tradicional por item — pouco vantajosa diante da variação da demanda e riscos de sob estocagem; Sistema de Registro de Preços (SRP) — solução recomendada, pois permite eventuais aquisições futuras de forma, conforme necessidade da Administração.

Justificativa Técnica e Econômica da Solução Adotada: A utilização do Sistema de Registro de Preços para a eventual aquisição futura de artefatos de concreto é a alternativa mais vantajosa à Administração, por apresentar: Flexibilidade na aquisição conforme a necessidade real; Redução do risco de compras desnecessárias e de perdas por deterioração de materiais; Economia de escala por meio da contratação centralizada e possibilidade de adesão por outros órgãos; Celeridade nos atendimentos de situações específicas, inclusive emergenciais, e na eventual execução de manutenções, recuperações, reformas e reparos.

Conclusão: O levantamento de mercado demonstrou a existência de diversos fornecedores qualificados e com ampla capacidade de fornecimento no mercado local e regional, com variedade de produtos e faixas de preço. A adoção do Sistema de Registro de Preços se mostra a alternativa mais eficiente e vantajosa, viabilizando contratações futuras e eventuais, conforme as necessidades específicas da Administração, com respaldo técnico, legal e econômico.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – art. 18, VI

Com base na pesquisa de mercado realizada verificou-se através do memorial de cálculo que o valor estimado da referida contratação é de R\$ 21.322,453,67 (Vinte e um milhões, trezentos e vinte e dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e sete centavos).

O estimado inicial serve apenas para fins de referência, não sendo o valor estimado final da licitação.

Para a composição da pesquisa de preços, os fornecedores consultados foram selecionados com base em critérios de representatividade e aderência ao objeto, considerando-se empresas regularmente atuantes no segmento, com histórico de fornecimento ao setor público e preços praticados compatíveis ao mercado local. A seleção observou o disposto no art 23, IV da lei 14133/2021 e no art 4º IV, c/c § 1º do decreto municipal 12.057/2023 priorizando fontes idôneas, atualizadas e que refletissem a realidade comercial do município e região.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO – art. 18, VII

A solução proposta para atender à demanda pontuais da administração, consiste na **aquisição de artefatos de concreto**, por meio de processo licitatório, preferencialmente na forma de **Ata de Registro de Preços**, permitindo eventuais aquisições conforme a necessidade da Administração, de maneira planejada e eficiente. A utilização do Sistema de Registro de preços mostra-se adequada, pois permite a contratação conforme a necessidades específicas e devidamente justificadas, assegurando agilidade no atendimento das demandas específicas, garantindo a padronização de insumos, racionalização dos recursos e maior eficiência operacional, em consonância com os artigos 82 e 83 da lei 14.133/2021, bem como os princípios do planejamento, economicidade e eficiência.

Realizou-se consulta ao PNCP e aos portais oficiais de compras, não sendo identificadas IRPs vigentes que atendam as especificações necessárias à presente contratação.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO – art. 18, VIII

O parcelamento da contratação mostra-se adequado e vantajoso para a Administração, nos termos do art. 18, VIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os itens possuem características, especificações e fornecedores distintos no mercado. A formação de lotes homogêneos possibilita maior competitividade, amplia a participação de empresas especializadas e reduz o risco de concentração de fornecimento em um único fornecedor.

Além disso, a divisão em lotes facilita a gestão dos atendimentos pontuais e a logística de entrega quando houver necessidade formalizada, permitindo que cada grupo de itens seja atendido por fornecedores com expertise específica. O parcelamento não compromete a economia de escala, pois os volumes destinados a cada lote permanecem atrativos ao mercado, garantindo preços competitivos.

Dessa forma, o Registro de Preços será estruturado por lotes, respeitando critérios técnicos de eficiência, atendendo as necessidades da administração, promovendo maior eficiência e economicidade.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS – art. 18, IX

Com a eventual futura contratação de aquisição de artefatos de concreto, espera-se alcançar os seguintes resultados: **Garantia de economicidade, otimização dos recursos públicos, adequações pontuais nos espaços públicos, assegurando melhor aproveitamento do material adquirido,**

conformidade técnica dos artefatos de concreto utilizados e maior padronização e qualidade das obras quando houver demanda devidamente justificada.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE AO CONTRATO – art. 18, X

Capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES – art. 18, XI

Nos termos do art. 18, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, informa-se que não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto desta contratação.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

Categoria	Impacto Ambiental	Descrição	Medidas de Mitigação
ARTEFATOS DE CONCRETO	Extração de matérias-primas e minerais. (areia, brita, cimento e pedrisco).	A exploração e processamento dos insumos utilizados na produção do concreto causam degradação do solo, alteração da paisagem, assoreamento de corpos d'água e emissões de CO ₂ , oriundas da fabricação do cimento.	Sugerir fornecedores licenciados; priorizar matérias-primas; incentivar o uso de cimento com adições minerais (pozolanas ou escória).
	Consumo intensivo de recursos naturais e energéticos durante o processo produtivo.	O preparo, mistura, cura e limpeza dos equipamentos demandam grande volume de água e energia elétrica, impactando os recursos naturais e o custo ambiental da produção.	Propor implementação de sistemas de reaproveitamento de água, controle de vazões, manutenção preventiva e adoção de práticas de eficiência energética.
	Geração de resíduos sólidos, poeiras e particulados na produção e manuseio.	Sobras de concreto, embalagens, pó de cimento e dispersão de agregados provocam acúmulo de resíduos e comprometem a qualidade do ar e do ambiente de trabalho.	Adotar plano de gerenciamento de resíduos, e reaproveitamento de sobras em bases ou artefatos secundários, e controlar emissão com umidificação e uso de EPIs.

A implementação das medidas propostas, contribui para a redução dos impactos ambientais decorrentes da produção e utilização de artefatos de concreto, promovendo obras mais sustentáveis e alinhadas as diretrizes de responsabilidade ambiental e uso racional dos recursos naturais.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após análise técnica e administrativa, conclui-se que a contratação é plenamente viável, uma vez que atende a uma necessidade real da unidade, possui oferta adequada no mercado, apresenta coerência com os princípios da economicidade e eficiência, dispõe de previsão orçamentária e está em conformidade com a legislação vigente. Assim, a contratação proposta revela-se adequada, necessária e vantajosa para a Administração Pública.

Analizamos ainda que não será necessário a exigência de garantia de contratação pelas seguintes razões:

Não se considera necessária a exigência de garantia contratual para o atendimento do objeto, tendo em vista que o objeto consiste no fornecimento de materiais destinado a adequações e intervenções específicas nas estruturas, sem complexidade técnica e sem risco relevante de inadimplemento. Ademais, trata-se de contratação de baixo impacto financeiro, não havendo justificativa proporcional para imposição de garantia. Assim a administração opta pela dispensa nos termos do artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Ressalta-se que a dispensa de garantia contratual não afasta a obrigação da contratada quanto as garantias legais e técnicas relacionadas aos materiais fornecidos e a qualidade dos serviços executados.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) fará parte integrante do processo licitatório ou do instrumento hábil pelo qual aquele for substituído nas hipóteses legais.

Publicidade do Processo:

Considerando que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) contém informações estratégicas relativas à definição do objeto e às condições de execução do futuro certame, cuja divulgação prévia poderia comprometer a isonomia entre os licitantes e a competitividade do processo, classifica-se o referido documento como sigiloso até a conclusão do processo licitatório, nos termos do artigo 6º, inciso III, e artigo 31, §1º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e do artigo 11 do Decreto Municipal nº 12.053.

Tal classificação tem caráter temporário e restrito, limitada ao período necessário à proteção do interesse público e à preservação da lisura do procedimento licitatório, devendo ser revista automaticamente após a homologação do certame ou encerramento do processo.

Sumaré, 28 de novembro de 2025.

MARCO OLIVEIRA
Gerente de apoio

JEFFERSON CARDOSO
Secretário Municipal de Serviços Públicos

REFERÊNCIAS:

Base legal:

Art. 6º, XX - **estudo técnico preliminar:** documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o [inciso VII do caput do art. 12 desta Lei](#), sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;

§ 1º O **estudo técnico preliminar** a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

§ 2º O **estudo técnico preliminar** deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

§ 3º Em se tratando de **estudo técnico preliminar** para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

Art. 21. A Administração poderá convocar, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, audiência pública, presencial ou a distância, na forma eletrônica, sobre licitação que pretenda realizar, com disponibilização prévia de informações pertinentes, inclusive **de estudo técnico preliminar** e elementos do edital de licitação, e com possibilidade de manifestação de todos os interessados.

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

§ 2º Desde que, conforme demonstrado em **estudo técnico preliminar**, não sejam causados prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, o edital poderá prever a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra.

Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.

§ 1º O critério de julgamento de que trata o **caput** deste artigo será escolhido quando **estudo técnico preliminar** demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

§ 4º Em relação à informação de que trata o inciso III do § 1º deste artigo, desde que fundamentada em **estudo técnico preliminar**, a Administração poderá exigir que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades.

Art. 44. Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, **o estudo técnico preliminar** deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, **se for o caso, estudo técnico preliminar**, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL

LICITAÇÃO

Objeto: Registro de preço para aquisição de artefatos de concreto, compreendendo aduelas pré-moldadas, tubos de concreto e concreto usinado, todos produzidos conforme as técnicas aplicáveis da ABNT, destinados ao atendimento das demandas operacionais específicas da administração como drenagem recomposição estrutural e demais serviços de infraestrutura urbana.

Regime de Execução: Menor preço lote

Entrega: Entrega parcelada

DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ N.

TELEFONE ()

CELULAR ()

E-MAIL

NOME DO RESPONSÁVEL

DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA

Nome do representante Legal:

Cargo:

RG n.		CFP n.	
Endereço: Rua/ Avenida ...		n.	Bairro:
Cidade:		Estado:	CEP:

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,00 M DE LARGURA ÚTIL, 1,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M. FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	500	R\$	R\$
2	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, QUADRADA, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	500	R\$	R\$
3	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 3,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	500	R\$	R\$

4	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 4,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	250	R\$	R\$ 3
5	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,50 M DE LARGURA ÚTIL, 3,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	250	R\$	R\$ 0
ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE =					R\$
LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
6	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 400MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$	R\$
7	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 500MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$	R\$
8	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 600MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$	R\$

9	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 800MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$	R\$
10	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1000MM - PEÇA DE 1,5 MT COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	800	R\$	R\$
11	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1200MM - PEÇA DE 1,5 MT COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	800	R\$	R\$
12	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1500MM - PEÇA DE 1,5 MT COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	500	R\$	R\$
13	TUBO MEIA-CANA PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO, PONTA E BOLSA DIMENSÃO NOMINAL DE 600 MM, PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$	R\$
ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE =					R\$
LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
14	GUIA CHAPEL PARA BOCA DE LOBO, PRÉ MOLDADO EM CONCRETO ARMADO; COMPRIMENTO DE 1,20 MT, ALTURA DE 0,30 MT E BASE DE 0,15 MT COM 0,13 MT NO TOPO. CONFORME ABNT NBR 6118:2023 E CORRELATAS.	PC	5000	R\$	R\$
15	GUIA RETA, PRÉ MOLDADO EM CONCRETO SIMPLES DE RESISTENCIA ACOMPRESSÃO DE FCK = 28 MPA, COMPRIMENTO DE 1,00 MT, ALTURA DE 0,30 MT E BASE DE 0,15 MT COM 0,13 MT NO TOPO.	PC	5000	R\$	R\$

16	LAJE DE CONCRETO, PRÉ MOLDADO EM CONCRETO ARMADO COM RESISTENCIA ACOMPRESSÃO DE FCK = 28 MPA, MEDIDAS 1,10 X 070 X 0,10. COMPOSTA POR FERRAGENS , MALHAS QUADRADAS DE 15CM X 15 CM , COM AÇO 10MM CA-50.	PC	500	R\$	R\$
ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE =					R\$
LOTE 04					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
17	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 20 MPA AOS 28 DIAS ,UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$	R\$
18	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 20 MPA AOS 28 DIAS ,UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBEAMENTO. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$	R\$
19	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 25 MPA AOS 28 DIAS ,UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$	R\$
20	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 25 MPA AOS 28 DIAS ,UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBEAMENTO. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$	R\$
21	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 35 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$	R\$
22	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 35 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBEAMENTO. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E	M³	200	R\$	R\$

	CORRELATAS.				
23	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 25 MPA AOS 7 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0, DESTINADO A EXECUÇÃO DE GUIAS E SARJETAS EXTRUSSADAS..DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	400	R\$	R\$
ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE =					R\$

Prazo de Validade da Proposta: _____ (mínimo de 60 dias)

Condições de Pagamento: Até 28 (vinte e oito) dias

Prazo de entrega: Até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da ordem de fornecimento pela Contratada.

O preço ofertado contempla todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto, (inclusive frete e demais impostos)

....., .. de de 2026.

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Licitação nº _____/2025

Processo Administrativo nº 27992/2025

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, com o endereço eletrônico _____, situada no Estado de _____, através do seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de participação do PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025, DECLARA sob as penalidades cabíveis, que:

I - Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

III - conhece as especificações do objeto e os termos constantes neste Aviso e seu(s) Anexos, e que, concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de fornecimento então contidas;

IV - na qualidade de Proponente o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

V - não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

VI - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VII - a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.

VIII – o endereço correto, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação direta, bem como em caso de eventual contratação, é: _____

E-mail:

Telefone:

IX – Nomeia e constitui o(a) senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) preposto responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas diante da participação neste instrumento convocatório e seus anexos.

X - para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

XI – conhecimento acerca da disposição contida no artigo 155, VIII da Lei 14.133/2021, quanto a apresentação de declaração falsa.

_____ / _____ de _____ de 2025.



ANEXO IV

DECLARAÇÕES PARA EMPRESAS QUE SE ENQUADRAM COMO MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

Licitação nº 07/2026

Processo Administrativo nº 27992/2025

Pregão Eletrônico nº 06/2026

A empresa, inscrita no CNPJ sob o N.º....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º....., DECLARA sob as penas da Lei:

a) que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto no item 5.7.1 deste edital, observado o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei federal nº 14.133, de 2021;

b) que em observância do **limite de R\$ 4.800.000,00** na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto no art. 4º, § 2º, da Lei federal nº 14.133, de 2021.

....., de de 2026.

(Nome e assinatura do representante legal da licitante)

ANEXO V

MODELO DE CONTRATO

AQUISIÇÃO - LICITAÇÃO OU CONTRATAÇÃO DIRETA

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2025

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo Administrativo nº 27992/2025

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SUMARÉ-SP, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS
PÚBLICOS**

O MUNICÍPIO DE SUMARÉ, entidade de direito público interno, com sede na Rua Dom Barreto, nº 1.303 – Centro, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 45.787.660/0001-00, neste ato representado pelo (a) SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, SR. JEFFERSON WESLEY CARDOSO DE OLIVEIRA, portador da matrícula funcional nº 13.505, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa _____, com sede na _____, no Município de _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado por seu _____ (cargo), Sr. (a) _____, doravante denominada CONTRATADA, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo administrativo nº 27992/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 06/2026 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é registro de preço para aquisição de artefatos de concreto, compreendendo aduelas pré-moldadas, tubos de concreto e concreto usinado, todos produzidos conforme as técnicas aplicáveis da ABNT, destinados ao atendimento das demandas operacionais específicas da administração como drenagem recomposição estrutural e demais serviços de infraestrutura urbana, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL	

1	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,00 M DE LARGURA ÚTIL, 1,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M. FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	500	R\$	R\$
2	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, QUADRADA, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	500	R\$	R\$
3	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 3,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	500	R\$	R\$
4	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 4,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	250	R\$	R\$ 3

5	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,50 M DE LARGURA ÚTIL, 3,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	250	R\$	R\$ 0
ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE =					R\$
LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
6	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 400MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$	R\$
7	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 500MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$	R\$
8	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 600MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$	R\$
9	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 800MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$	R\$
10	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1000MM - PEÇA DE 1,5 MT COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	800	R\$	R\$

11	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1200MM - PEÇA DE 1,5 MT COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	800	R\$	R\$
12	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1500MM - PEÇA DE 1,5 MT COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	500	R\$	R\$
13	TUBO MEIA-CANA PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO, PONTA E BOLSA DIMENSÃO NOMINAL DE 600 MM, PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$	R\$
ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE =					R\$
LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
14	GUIA CHAPEL PARA BOCA DE LOBO, PRÉ MOLDADO EM CONCRETO ARMADO; COMPRIMENTO DE 1,20 MT, ALTURA DE 0,30 MT E BASE DE 0,15 MT COM 0,13 MT NO TOPO. CONFORME ABNT NBR 6118:2023 E CORRELATAS.	PC	5000	R\$	R\$
15	GUIA RETA, PRÉ MOLDADO EM CONCRETO SIMPLES DE RESISTENCIA ACOMPRESSÃO DE FCK = 28 MPA, COMPRIMENTO DE 1,00 MT, ALTURA DE 0,30 MT E BASE DE 0,15 MT COM 0,13 MT NO TOPO.	PC	5000	R\$	R\$
16	LAJE DE CONCRETO, PRÉ MOLDADO EM CONCRETO ARMADO COM RESISTENCIA ACOMPRESSÃO DE FCK = 28 MPA, MEDIDAS 1,10 X 070 X 0,10. COMPOSTA POR FERRAGENS , MALHAS QUADRADAS DE 15CM X 15 CM , COM AÇO 10MM CA-50.	PC	500	R\$	R\$
ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE =					R\$
LOTE 04					

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
17	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 20 MPA AOS 28 DIAS ,UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$	R\$
18	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 20 MPA AOS 28 DIAS ,UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBEAMENTO. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$	R\$
19	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 25 MPA AOS 28 DIAS ,UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$	R\$
20	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 25 MPA AOS 28 DIAS ,UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBEAMENTO. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$	R\$
21	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 35 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$	R\$
22	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 35 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBEAMENTO. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$	R\$
23	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 25 MPA AOS 7 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0, DESTINADO A EXECUÇÃO DE GUIAS E SARJETAS EXTRUSSADAS..DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	400	R\$	R\$

ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE =	R\$
-----------------------------------	-----

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano** contados do(a) contados da publicação no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. A presente contratação adotará o regime de execução por Preço Unitário;

3.2. O modelo de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....), observada a tabela do item 1.2 deste instrumento.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-E no caso de não constar índice específico no Termo de Referência, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. Eventual formalização de aditamento de prazo do contrato sem prévia solicitação de reajuste pela contratada, ou ressalva de sua superveniente análise, será considerada como renúncia ou preclusão lógica do direito.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

- 8.5. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.10.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.10.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 8.10.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 8.10.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.10.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 8.10.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.11. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado, quando for o caso;
- 8.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.13. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.14. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 8.15. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.16. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.17. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto no prazo, no local e nas condições estipuladas no Termo de Referência e seus anexos.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo indicado no Termo de Referência e fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou qualificação na contratação direta, conforme o caso.
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

- 9.16. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.17. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimentos adequados;*
- 9.18. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;*
- 9.19. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.20. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*
- 9.21. *Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*
- 9.22. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*
- 9.23. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 9.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.26. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*
- 9.27. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.28. Entregar ao responsável pela fiscalização do contrato a nota fiscal ou instrumento de cobrança juntamente com outros documentos complementares que estejam eventualmente indicados no Termo de Referência e seus anexos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 12.061, de 2023, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas na alínea “b”, “c” ou “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” ou “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” ou “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.2.4. Multa, nos seguintes percentuais sobre o valor do contrato:

- 0,5% a 15%: para infrações descritas na alínea “a” ou “d” do subitem 11.1.

- 15% a 30%: para as infrações descritas nas alíneas “b”, “c”, “e”, “f”, “g” ou “h” do subitem 11.1.

11.3. A aplicação das sanções previstas no item anterior obedecerá ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021, bem como no Decreto Municipal nº 12.061/2023.

11.4. O atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente sujeitará o contratado à multa de mora 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 15% do valor da contratação, não impedindo que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com aplicação cumulada de outras sanções.

11.4.1. O contratado também estará sujeito à multa de mora de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento) do valor da contratação, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, não impedindo que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com aplicação cumulada de outras sanções.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Das indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Sumaré deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

SMSP – FICHA - 734 / 736

SMEL – FICHA – 452 / 461

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se a este contrato as normas da Lei Federal nº14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis, e nos casos em que a legislação for omissa, observar-se-ão, também, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15.2. Nos termos do Comunicado GP nº03/2024 do TCESP, até a presente data foram editados os seguintes regulamentos para implementação da Lei nº14.133, de 2021, que podem ser consultados no site oficial do Município (<https://www.sumare.sp.gov.br>): Decreto Municipal nº12.052, de 2023, Decreto Municipal nº12.053, de 2023, Decreto Municipal nº12.054, de 2023, Decreto Municipal nº12.055, de 2023, Decreto Municipal nº12.056, de 2023, Decreto Municipal nº12.057, de 2023, Decreto Municipal nº12.058, de 2023, Decreto Municipal nº12.059, de 2023, Decreto Municipal nº12.060, de 2023, Decreto Municipal nº12.061, de 2023, Decreto Municipal nº12.063, de 2023, Decreto Municipal nº12.064, de 2023, Decreto Municipal nº12.065, de 2023, Decreto Municipal nº12.066, de 2023, Decreto Municipal nº12.069, de 2023, Decreto Municipal nº12.070, de 2023, Decreto Municipal nº12.084, de 2023, Decreto Municipal nº12.085, de 2023, Decreto Municipal nº12.086, de 2023, Decreto Municipal nº12.476, de 2025 e Decreto Municipal nº12.579, de 2025.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021 e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça da Comarca de Sumaré-SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Sumaré, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



ANEXO V

MODELO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.....

PREGÃO Nº 06/2026

LICITAÇÃO Nº 07/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

O **MUNICÍPIO DE SUMARÉ**, entidade de direito público interno, com sede na Rua Dom Barreto, nº 1.303 – Centro, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 45.787.660/0001-00, neste ato representado pelo (a) SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, SR. JEFFERSON WESLEY CARDOSO DE OLIVEIRA, matrícula funcional nº 13.505, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no processo administrativo nº 27992/2025, Edital de licitação 07 /2026 sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº12.086, de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para de artefatos de concreto, compreendendo aduelas pré-moldadas, tubos de concreto e concreto usinado, todos produzidos conforme as técnicas aplicáveis da ABNT, destinados ao atendimento das demandas operacionais específicas da administração como drenagem recomposição estrutural e demais serviços de infraestrutura urbana, especificado no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº XXX/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 1.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

TR	Fornecedor: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL

1	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,00 M DE LARGURA ÚTIL, 1,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M. FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	500	R\$	R\$
2	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, QUADRADA, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	500	R\$	R\$
3	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 3,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	500	R\$	R\$
4	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 4,00 M DE LARGURA ÚTIL, 2,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	250	R\$	R\$ 3

5	ADUELA DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADA, RETANGULAR, DESTINADA À EXECUÇÃO DE GALERIA CELULAR PARA DRENAGEM PLUVIAL OU PASSAGEM SUBTERRÂNEA, COM DIMENSÕES INTERNAS DE 2,50 M DE LARGURA ÚTIL, 3,00 M DE ALTURA ÚTIL E 1,00 M DE COMPRIMENTO NOMINAL, DIMENSIONADA PARA TRÁFEGO INTENSO E ATERRO DE 0,50 E 1,50 M FABRICADA CONFORME OS REQUISITOS DA ABNT NBR 15396:2018 E CORRELATAS.	metros	250	R\$	R\$ 0
ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE =					R\$
LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
6	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 400MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$	R\$
7	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 500MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$	R\$
8	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 600MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$	R\$
9	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 800MM - PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$	R\$
10	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1000MM - PEÇA DE 1,5 MT COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	800	R\$	R\$

11	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1200MM - PEÇA DE 1,5 MT COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	800	R\$	R\$
12	TUBO DE CONCRETO ARMADO PA-2, PONTA E BOLSA, DIMENSÃO NOMINAL - 1500MM - PEÇA DE 1,5 MT COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	500	R\$	R\$
13	TUBO MEIA-CANA PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO, PONTA E BOLSA DIMENSÃO NOMINAL DE 600 MM, PEÇA DE NO MINIMO 1,5 MT DE COMPRIMENTO UTIL. CONFORME ABNT NBR 8890/2020 E CORRELATAS.	metros	1000	R\$	R\$
ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE =					R\$
LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
14	GUIA CHAPEL PARA BOCA DE LOBO, PRÉ MOLDADO EM CONCRETO ARMADO; COMPRIMENTO DE 1,20 MT, ALTURA DE 0,30 MT E BASE DE 0,15 MT COM 0,13 MT NO TOPO. CONFORME ABNT NBR 6118:2023 E CORRELATAS.	PC	5000	R\$	R\$
15	GUIA RETA, PRÉ MOLDADO EM CONCRETO SIMPLES DE RESISTENCIA ACOMPRESSÃO DE FCK = 28 MPA, COMPRIMENTO DE 1,00 MT, ALTURA DE 0,30 MT E BASE DE 0,15 MT COM 0,13 MT NO TOPO.	PC	5000	R\$	R\$
16	LAJE DE CONCRETO, PRÉ MOLDADO EM CONCRETO ARMADO COM RESISTENCIA ACOMPRESSÃO DE FCK = 28 MPA, MEDIDAS 1,10 X 070 X 0,10. COMPOSTA POR FERRAGENS , MALHAS QUADRADAS DE 15CM X 15 CM , COM AÇO 10MM CA-50.	PC	500	R\$	R\$
ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE =					R\$
LOTE 04					

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
17	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 20 MPA AOS 28 DIAS ,UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$	R\$
18	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 20 MPA AOS 28 DIAS ,UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBEAMENTO. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$	R\$
19	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 25 MPA AOS 28 DIAS ,UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$	R\$
20	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 25 MPA AOS 28 DIAS ,UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBEAMENTO. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$	R\$
21	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 35 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$	R\$
22	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 35 MPA AOS 28 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0 OU BRITA 01, COM BOMBEAMENTO. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	200	R\$	R\$
23	CONCRETO USINADO COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO FCK DE 25 MPA AOS 7 DIAS, UTILIZANDO BRITA 0, DESTINADO A EXECUÇÃO DE GUIAS E SARJETAS EXTRUSSADAS..DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT NBR 7212/2014 E CORRELATAS.	M³	400	R\$	R\$

ESTIMATIVA VALOR GLOBAL DO LOTE =	R\$
--	------------

1.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

2.2. Além do gerenciador, São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade
2	SMEL	TON.	04
6	SMEL	TON.	2
10	SMEL	M ³	10
11	SMEL	M ³	10
12	SMEL	M ³	05

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

3.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

3.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

3.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

3.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

3.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.8. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. *A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que o detentor haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações e pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado, mediante a anuência do fornecedor.*

4.1.1. *Eventual contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.*

4.1.2. *Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.*

4.2. *A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.*

4.2.1. *O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.*

- 4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
- 4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e
- 4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observada a prévia habilitação na forma do art. 15, §3º do Decreto Municipal nº12.086/2024.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

- 7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 29 do Decreto Municipal nº 12.086, de 2024.
- 7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 7.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
 - 8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 8.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - 8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
 - 8.4.1. Por razão de interesse público;
 - 8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 23, § 3º e 24, § 4º, ambos do Decreto Municipal nº 12.086, de 2024.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*, observado o disposto no Decreto Municipal nº12.061/2023.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 6º, inc. XII, do Decreto Municipal nº 12.086, de 2024), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 7º, inc. VII, do Decreto Municipal nº 12.086, de 2024).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega ou prestação do serviço, recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao *edital ou no aviso de contratação direta*.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de item específico constante do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

10.3. Nos termos do Comunicado GP nº03/2024 do TCE-SP, até a data de **celebração desta Ata** foram editados os seguintes regulamentos para implementação da Lei nº14.133, de 2021, que podem ser consultados no sítio eletrônico <https://sumare.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1> Decreto Municipal nº12.052, de 2023, Decreto Municipal nº12.053, de 2023, Decreto Municipal nº12.054, de 2023, Decreto Municipal nº12.055, de 2023, Decreto Municipal nº12.056, de 2023, Decreto Municipal nº12.057, de 2023, Decreto Municipal nº12.058, de 2023, Decreto Municipal nº12.059, de 2023, Decreto Municipal nº12.060, de 2023, Decreto Municipal nº12.061, de 2023, Decreto Municipal nº12.063, de 2023, Decreto Municipal nº12.064, de 2023, Decreto Municipal nº12.065, de 2023, Decreto Municipal nº12.066, de 2023, Decreto Municipal nº12.069, de 2023, Decreto Municipal nº12.070, de 2023, Decreto Municipal nº12.084, de 2023, Decreto Municipal nº12.085, de 2023 e Decreto Municipal nº12.086, de 2023.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Sumaré,/...../.....

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



Anexo

Cadastro Reserva

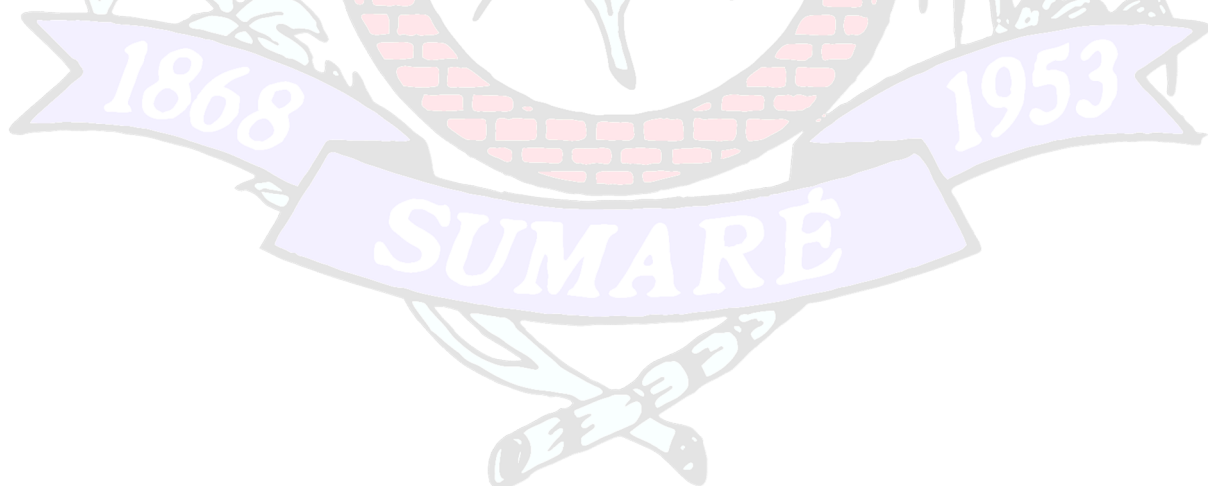
1. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Quantidad	Valor Unitário	Prazo garantia ou

		(se exigida no edital)	(se exigido no edital)		Máxima	e Mínima		validade

2. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade
X								



RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: JEFFERSON WESLEY CARDOSO DE OLIVEIRA
Cargo: Secretário Municipal de Serviços Públicos
CPF: 347.721.078-60
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo detentor:

Nome: JEFFERSON WESLEY CARDOSO DE OLIVEIRA
Cargo: Secretário Municipal de Serviços Públicos
CPF: 347.721.078-60
Assinatura: _____

Pela detentora:

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DO DETENTOR:

Nome: JEFFERSON WESLEY CARDOSO DE OLIVEIRA
Cargo: Secretário Municipal de Serviços Públicos
CPF: 347.721.078-60
Assinatura: _____

ANEXO VII

Declaração de Documentos à Disposição do Tribunal

DETENTOR: MUNICÍPIO DE SUMARÉ

CNPJ Nº: 45.787.660/0001-00

DETENTORA:

CNPJ Nº:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

DATA DA ASSINATURA:

OBJETO: Registro de preço *para para a aquisição* de artefatos de concreto, compreendendo aduelas pré-moldadas, tubos de concreto e concreto usinado, todos produzidos conforme as técnicas aplicáveis da abnt, destinados ao atendimento das demandas operacionais específicas da administração como drenagem recomposição estrutural e demais serviços de infraestrutura urbana

VIGÊNCIA: 1 (um) ano

VALOR: R\$

1868 Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados. 1053

Sumaré,

JEFFERSON WESLEY CARDOSO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

